14 March 2008 – 15h00

José Manuel Durão Barroso

Presidente da Comissão Europeia

CRIAR UMA PARCERIA MAIS FORTE ENTRE A EUROPA E A AMÉRICA LATINA NUM CONTEXTO MUNDIAL EM MUTAÇÃO

Check Against Delivery
Seul le texte prononcé fait foi
Es gilt das gesprochene Wort

"O Euro: implicações globais e relevância para a América Latina"
São Paulo, 17 e 18 de Março de 2008

Senhor Mário Mesquita, Vice-Governador do Banco do Brasil

Senhor Senador Mercadante

Exmas Senhoras e senhores

É com grande satisfação que me encontro hoje perante vós para abrir esta conferência tão oportuna sobre os aspectos internacionais do euro e a sua relevância para a América Latina.

O euro tornou-se a moeda da Europa. Representa um marco do nosso processo de integração e condiciona o modo de funcionamento das nossas economias. No entanto, os seus efeitos não se limitam à Europa. Tal como será debatido no quadro desta conferência, o euro tem igualmente implicações potenciais para o sistema

monetário e para a arquitectura financeira internacional.

Esta conferência realiza-se numa altura em que a economia mundial e o sistema financeiro se confrontam, como é do vosso conhecimento, com incertezas significativas. No entanto, apesar destas dificuldades, creio que tanto a Europa como a América Latina estão numa situação mais favorável e encaram o futuro com confiança.

Além disso, o facto de as economias de mercado emergentes da Ásia concentrarem frequentemente a atenção dos responsáveis políticos, dos líderes empresariais e dos meios de comunicação leva, por vezes, a subestimar o forte potencial da América Latina. Quero aqui salientar que a UE acredita no potencial

desta parte do mundo e atribui grande importância às suas relações políticas e económicas com a América Latina e, em especial, com o Brasil e o Mercosul.

Perspectivas económicas e financeiras mundiais

Comecemos com uma breve descrição da situação económica e financeira mundial. Embora as perspectivas da economia mundial estejam actualmente sujeitas a um grau considerável de incerteza, afigura-se evidente que o abrandamento da economia americana será mais pronunciado do que o previsto. Em simultâneo, mantêm-se as tensões nos mercados financeiros. Embora os principais bancos centrais, nomeadamente o Banco Central Europeu, tenham respondido de modo

eficaz às perturbações financeiras, com base num conjunto de intervenções realizadas desde o último Verão, e a situação a nível da liquidez se tenha estabilizado nos primeiros meses de 2008, ainda não estão a funcionar de modo adequado alguns dos principais mercados de crédito, o que se reflecte, por exemplo, nos diferenciais interbancários, que continuam a ser elevados. Os problemas verificados no sistema financeiro estão a ter repercussões na economia real. Além disso, os elevados preços do petróleo aumentam os riscos de uma desaceleração da economia mundial.

Em consequência, o crescimento da economia mundial será afectado e tanto a UE como a América Latina irão sentir o respectivo impacto. A Comissão Europeia reviu no

sentido da baixa, de 4,3% para 3,8%, as suas projecções de crescimento da economia mundial para 2008 e as da economia da UE de 2,4% para 2,0%. Tanto a UE como a América Latina apresentam, no entanto, um elevado grau de resistência às perturbações verificadas nos mercados financeiros mundiais e face ao abrandamento da economia americana. De igual modo, algumas das principais economias de mercado emergentes da Ásia, designadamente a China, um dos motores fundamentais do crescimento mundial dos últimos anos, continuam a evoluir de modo relativamente favorável, apesar de também sentirem os efeitos conjunturais. O bom comportamento destas economias contribuirá igualmente para amortecer a desaceleração da economia mundial.

[No quadro da nossa acção para fazer face às perturbações dos mercados financeiros e para evitar a sua repetição no futuro, os Ministros das Finanças da UE adoptaram um roteiro em Outubro último. Estamos igualmente a acompanhar de perto a situação em contacto com os nossos parceiros do G-7, do FMI e de outras instâncias internacionais relevantes.]

Gostaria de salientar nesta ocasião o facto de as nossas economias se encontrarem actualmente numa situação muito mais favorável do que no início da presente década para fazer face às actuais turbulências da economia mundial.

A nova América Latina e a nova Europa

Na **América Latina,** a evolução dos resultados económicos registados nos últimos anos tem sido notável, tendo o forte crescimento económico sido acompanhado por uma maior estabilidade macroeconómica. Um crescimento rápido e sustentado, a taxas que não se registavam desde a crise da dívida do início da década de 80, tem estado associado a parâmetros macroeconómicos mais sólidos, nomeadamente a melhoria dos saldos orçamentais, descida da inflação, balanças correntes sãs e uma rápida acumulação de reservas de divisas.

A resistência das economias da América Latina às actuais turbulências dos mercados financeiros demonstra que aqueles resultados

macroeconómicos mais favoráveis não são simplesmente o reflexo de um contexto internacional até há pouco tempo mais positivo. Verificou-se igualmente uma melhoria estrutural que é, em parte, o resultado da aplicação persistente por parte de muitos países de políticas orçamentais e monetárias prudentes, bem como dos progressos realizados no quadro das reformas económicas. O **Brasil** situa-se claramente nesta trajectória de melhoria da situação económica e de reforço das políticas prosseguidas, tendo conseguido realizar uma viragem notável, na sequência da situação difícil de 2002-03.

É um facto que continuam a existir pontos fracos e vulnerabilidades estruturais e que nem todos os países se encontram na mesma

situação. Além disso, apesar de um crescimento mais rápido, a pobreza e as desigualdades continuam a ser um grave problema na região. No entanto, é um facto que a América Latina está a lançar gradualmente alicerces para obter resultados macroeconómicos mais robustos e mais estáveis.

Contudo, não é apenas esta evolução económica mais positiva que caracteriza o que eu chamaria a nova América Latina. Como é amplamente reconhecido, a região realizou também grandes progressos desde o início da década de 90 no sentido da consolidação da democracia, do Estado de direito e da protecção dos direitos humanos, apesar de alguns países continuarem a sofrer conflitos internos e situações pontuais de instabilidade

política. Tal permitiu à América Latina afirmar-se na cena internacional, sendo actualmente cada vez mais influente nas instâncias e negociações multilaterais.

A **UE** também registou nos últimos anos uma melhoria notável dos seus resultados económicos e da sua capacidade para lançar e levar a bom termo iniciativas políticas, o que lhe permite desempenhar um papel mais afirmativo na cena internacional. Na sequência do prolongado período de fraco crescimento verificado nos primeiros anos da década, o crescimento acelerou em 2006 e 2007. O desemprego encontra-se no nível mais baixo desde há 25 anos e, pela primeira vez nos últimos dez anos, o forte aumento do emprego foi acompanhado por uma aceleração do

crescimento da produtividade. Em simultâneo, os défices orçamentais diminuíram acentuadamente e a inflação continua sob controlo. Verificou-se igualmente, na maior parte dos países da UE, um reforço significativo da situação patrimonial das famílias e das empresas, em comparação com a situação registada na década de 90.

Tal como no caso da América Latina, estes parâmetros económicos mais sólidos tornaram as economias europeias mais resistente, contribuindo para melhor fazer face à deterioração do contexto económico e financeiro internacional.

Esta melhoria dos parâmetros económicos reflecte em parte, como terei oportunidade de desenvolver seguidamente, os benefícios para

o enquadramento macroeconómico trazidos pela **criação do euro**. No entanto, reflecte igualmente o programa de reformas estruturais aplicado no quadro do que designamos por **Estratégia de Lisboa para o Crescimento e o Emprego**, que está a começar a dar os seus frutos. Em especial, a Estratégia de Lisboa contribuiu para uma melhoria estrutural do mercado de trabalho, para reforçar a concorrência nos mercados dos produtos e para fomentar o investimento no capital humano, na investigação e na inovação.

Esta visão positiva em relação à Europa decorre igualmente de outras evoluções, nomeadamente o êxito dos alargamentos da UE de 2004 e 2007 e a entrada gradual de novos países na área do euro. De igual modo,

na sequência do impasse institucional de 2 anos na sequência dos problemas registados com a ratificação do Tratado Constitucional, a assinatura em Dezembro último do Tratado de Lisboa abre novas perspectivas para a Europa. Uma vez ratificado, o que deverá ocorrer nos próximos meses, este Tratado reforçará a legitimidade democrática da UE e a sua capacidade para agir (designadamente através do alargamento dos domínios de tomada de decisão por maioria qualificada) e reforçará a capacidade da UE se afirmar no mundo com uma só voz.

Impacto do euro

A criação do euro contribuiu também para a melhoria dos resultados económicos da Europa. Em primeiro lugar proporcionou um sólido enquadramento para uma politica

económica virada para a estabilidade, nas suas vertentes monetária e orçamental. O Banco Central Europeu, que tem um estatuto independente e que tem como objectivo garantir a estabilidade dos preços, tem obtido resultados impressionantes. A inflação na área do euro tem estado muito perto de 2% desde que o euro foi criado em 1999. Isto compara com uma inflação média de cerca de 3 ½% na década precedente. O enquadramento para a política orçamental dos Estados Membros foi reforçado pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento; os défices orçamentais foram reduzidos significativamente, bem com os rácios da dívida pública. O défice orçamental da área do euro em 2007 situou-se a baixo de 1% do PIB, quando dez anos antes estava em cerca de 5%. Estes bons resultados não nos

autorizam no entanto a ser complacentes. Em vários Estados Membros as finanças públicas não são ainda sustentáveis.

O euro constituiu uma realização notável da Europa. Representa o culminar de um processo de integração económica e financeira gradual de mais de 50 anos, caracterizado pela convergência macroeconómica, pelo reforço institucional, pelo desenvolvimento de políticas comuns e pela harmonização regulamentar, que teve início com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço em 1951. Simboliza bem a capacidade dos europeus para superarem as diferenças nacionais e para construírem um futuro comum de modo consensual e racional. Para mais, área do euro não é um clube fechado e "elitista".

Arrancou com 11 Estados Membros e conta hoje com 15. Qualquer Estado Membro da União Europeia pode adoptar o euro desde que cumpra certo número de critérios, ditos de convergência.

Mas a Europa não teria dados estes passos se os Estados Membros e os seus responsáveis não tivessem tido a visão necessária para tal. Uma firme vontade politica e a construção de instituições comuns, como por exemplo a Comissão Europeia, têm sido pedras fundamentais para o bem sucedido processo de integração europeia. Mais recentemente, a aprovação do Tratado de Lisboa, durante a presidência Portuguesa da EU, a que há pouco me referi, veio revelar que, mais uma vez, os

responsáveis querem avançar na construção europeia.

Na cena internacional, o êxito da UEM reflecte-se na **importância crescente do euro**. Desde a sua introdução, o euro ganhou rapidamente notoriedade, tornando-se a segunda moeda internacional mais utilizada. O euro tornou-se uma importante moeda de reserva e detém uma forte posição nos mercados cambiais. No entanto, a evolução mais notável ocorreu nos mercados de títulos. O montante dos títulos internacionais denominados em euros representava no final de 2006 47% do total, em comparação com 36% para os títulos denominados em dólares. Embora as vantagens da sua longa utilização e a inércia continuem a favorecer o dólar, a

dimensão da área do euro, a crescente integração e eficiência dos seus mercados financeiros e o seu quadro político orientado para a estabilidade contribuirão para uma presença internacional crescente do euro no futuro.

A adopção de uma política monetária e cambial comum e o surgimento do euro como moeda internacional aumentaram igualmente a necessidade e a capacidade da área do euro para se afirmar com uma só voz no mundo económico e financeiro internacional. **A área do euro pretende desempenhar no mundo um papel que corresponda ao seu peso económico e financeiro**. No entanto, a sua representação nos "*fora*" internacionais continua a ser fragmentada. O nosso objectivo

de longo prazo consiste em reforçar a representação externa do euro e torná-la mais coerente.

Apesar das suas realizações, existem domínios em que o quadro institucional e político da UEM pode ser melhorado. Com a aproximação do 10.º aniversário da criação do euro, a Comissão está a realizar uma ambiciosa auto-avaliação destinada a identificar os aspectos da arquitectura da UEM susceptíveis de serem melhorados.

Rumo a uma associação bilateral mais forte

É neste novo contexto de maior dinamismo económico e de auto-confiança que a Europa e a América Latina pretendem estabelecer uma parceria económica e política mais forte.

Esta parceria alicerça-se **numa história comum e em valores comuns**. Os valores comuns referem-se àquilo que pretendemos que as nossas sociedades sejam e ao modo como pensamos que os desafios internacionais devem ser abordados, com uma ênfase especial no multilateralismo. A nossa parceria baseia-se igualmente em **relações económicas e financeiras que estão em franco crescimento**. A UE é o segundo maior parceiro comercial da América Latina e o maior parceiro comercial do Mercosul e do Chile, enquanto a América Latina é a origem mais importante das importações agrícolas da UE. Entre 1990 e 2006, os fluxos comerciais bilaterais totais da UE com a América Latina mais do que triplicaram. Desde 1990, as nossas relações a nível do investimento directo

estrangeiro (IDE) têm igualmente registado um rápido crescimento, tendo-se as empresas da UE tornado, em termos de investimentos já realizados, os principais parceiros dos países do Mercosul.

Com o objectivo de reforçar as nossas relações mútuas, a Europa tem concluído ou negociado ambiciosos **acordos de associação** com todas as regiões e países importantes da América Latina. Estes acordos destinam-se a estabelecer zonas de comércio livre entre a Europa e os seus parceiros da América Latina, bem como a reforçar o nosso diálogo político e a cooperação económica. Depois da conclusão dos acordos de associação com o México e com o Chile e do lançamento das negociações com o Mercosul, foram lançadas no ano

passado negociações análogas com a Comunidade Andina e com a América Central.

As negociações com a Comunidade Andina e com a América Central estão a evoluir favoravelmente e estou confiante de que poderão ser concluídas em 2009. Como é do vosso conhecimento, no que diz respeito às **negociações com o Mercosul**, embora as negociações relativas aos capítulos de cooperação política e económica estejam bem avançadas, a componente comercial das negociações tem apresentado dificuldades. No entanto, a UE está firmemente empenhada em que as negociações sejam coroadas de êxito. Esperamos realizar progressos técnicos substanciais em breve, de modo a permitir o relançamento das negociações na Cimeira

UE-América Latina e Caraíbas (ALC), a realizar em Maio próximo em Lima. Estou convencido de que, com alguns esforços de ambas as partes, poderemos chegar a um acordo.

Um acordo de associação entre a UE e o Mercosul trará benefícios importantes para ambas as regiões. Criará a maior zona de comércio livre do mundo, abrangendo mais de 700 milhões de pessoas. Contribuirá para aprofundar o mercado comum entre os sócios do Mercosul e consolidar as instituições comuns. Contribuirá também para fomentar o comércio e o investimento entre as nossas regiões, proporcionando benefícios substanciais em termos de economias de escala, de transferência de tecnologias e de

reforço da competitividade, o que permitirá a ambas as regiões responder com mais eficácia aos desafios da globalização.

Antes de concluir este ponto, gostava de deixar bem claro que não vejo o acordo com o Mercosul, nem outros que estejamos a realizar com outros parceiros, como uma alternativa ao processo multilateral de liberalização do comércio no quadro da OMC. Pelo contrário, são complementares. A despeito das dificuldades negociais, a Comissão Europeia continua firmemente empenhada num resultado positivo para a rodada de Doha.

As relações EU- Brasil

Gostaria agora de me debruçar sobre a relação especial que a UE e o Brasil decidiram

estabelecer. A decisão tomada na primeira cimeira UE-Brasil, realizada em Lisboa em Julho de 2007, de estabelecer uma **parceria estratégica,** assinala efectivamente uma viragem da nossa longa relação bilateral. Do ponto de vista da UE, implica o reconhecimento formal da importância das nossas relações económicas bilaterais, mas igualmente o papel crucial que o Brasil desempenha tanto na América Latina como na cena internacional.

O crescente dinamismo e diversificação da economia brasileira está a abrir novas oportunidades para o estabelecimento de cooperação e de intercâmbios mutuamente benéficos em muitos domínios. O Brasil é, de longe, o beneficiário mais importante dos

fluxos de IDE da UE para a América Latina, representando cerca de 40% dos investimentos realizados pela UE na região. Com efeito, os activos de IDE da UE no Brasil representam o segundo maior investimento directo acumulado que a UE realizou numa economia de mercado emergente. Os fluxos de IDE do Brasil para a UE têm registado igualmente um rápido crescimento nos últimos anos, sendo actualmente o Brasil a economia de mercado emergente que mais está a investir na Europa.

As nossas relações comerciais bilaterais são igualmente importantes. A UE é o principal parceiro comercial do Brasil, representando cerca de um quarto das suas exportações, e o Brasil é a fonte mais importante de produtos agrícolas da UE. Cerca de 50% das

exportações agrícolas do Brasil são vendidas no mercado da UE, o que constitui cerca do dobro do que o Brasil vende aos Estados Unidos. Este dado indica claramente que o mercado agrícola da UE já está bastante aberto e é, certamente, mais acessível do que o mercado americano. A UE constitui igualmente o principal destino das exportações de matérias-primas não agrícolas do Brasil. No entanto, o nosso comércio não se limita obviamente aos produtos agrícolas e às matérias-primas. Existe um comércio dinâmico e florescente a nível dos produtos industriais e dos serviços. O potencial neste domínio (em ambas as direcções) é enorme, podendo o Brasil contribuir para a realização deste potencial, abrindo ainda mais alguns destes mercados.

Embora estas questões de acesso aos mercados constituam obviamente uma componente fundamental das negociações de associação com todo o Mercosul, estamos convencidos de que o diálogo franco e aberto realizado ao abrigo da parceria estratégica especial que a UE e o Brasil pretendem estabelecer, contribuirá para se chegar a consensos, o que, por sua vez, terá um impacto positivo nos debates com o bloco Mercosul no seu conjunto.

Além disso, o Brasil e a UE têm interesses e pontos de vista comuns relativamente a muitas questões multilaterais. Possuindo um terço das florestas húmidas remanescentes e um dos ecossistemas com maior biodiversidade do

mundo, o Brasil é naturalmente um parceiro essencial da UE na dinâmica que esta pretende imprimir na acção internacional para dar resposta aos desafios ambientais mundiais, nomeadamente as alterações climáticas. O Brasil é igualmente um parceiro crucial da nova política energética ambiciosa da UE, que se centra na eficiência e segurança energéticas e no desenvolvimento de fontes de energia renováveis e sustentáveis. Tendo o Brasil sido o primeiro país a desenvolver com êxito uma significativa produção nacional de biocombustíveis, o nosso potencial de cooperação neste domínio é especialmente importante.

É por esta razão que a nossa nova parceria tem como objectivos fundamentais não apenas

reforçar as nossas relações económicas e financeiras, mas igualmente desenvolver um diálogo sobre um conjunto de questões mundiais fundamentais (que vão desde a reforma das Nações Unidas ao comércio mundial, passando pelo ambiente e pelas fontes de energia sustentáveis) e questões regionais. A nossa nova parceria reflectir-se-á no **Plano de Acção Comum** UE-Brasil em negociação, que irá identificar os principais domínios e medidas em que a nossa parceria se centrará nos próximos três anos.

A economia brasileira está a mostrar à evidência o seu vigor e dinamismo. Tem também sido capaz de reduzir a sua vulnerabilidade externa através de politicas de estabilização macroeconómicas apropriadas.

Estou certo que o Brasil continuará nesta senda obtendo resultados cada vez melhores. O principal desafio que o Brasil enfrenta é, na minha opinião, como assegurar um crescimento rápido e sustentado de par com a redução da pobreza e da desigualdade. Uma maior abertura dos seus mercados daria certamente uma contribuição importante. O Brasil deve continuar, e reforçar, os progressos observados neste domínio desde a década de noventa. Um sucesso na rodada de Doha e a conclusão de um acordo comercial entre a EU e o Mercosul seriam poderosos catalizadores para o crescimento económico do Brasil e reforçariam os nossos laços políticos e económicos

Observações finais

Nos últimos 15 anos, a Europa e a América Latina aproximaram-se substancialmente, primeiro com base na intensificação das relações comerciais e de investimento e, seguidamente, com base num diálogo político reforçado, na cooperação económica e na liberalização comercial. Avançámos bastante, mas podemos ainda chegar mais longe. Os nossos valores comuns, a nossa história comum e o nosso empenhamento no multilateralismo tornam especial a nossa relação. Neste contexto, a nossa parceria com o Brasil assume importância fundamental.

A criação do euro e o lugar e prestígio que hoje detem fazem com que a Europa tenha hoje no mundo financeiro um papel mais consentâneo com a sua verdadeira dimensão. E

tornou as economias dos Estados Membros mais resistentes.

A América Latina e a Europa sentem-se mais fortes e mais resistentes. Estas realizações permitem-nos igualmente fazer face às actuais dificuldades registadas na economia global. No mundo cada vez mais globalizado que está a surgir, em que as economias de mercado emergentes ganham acrescida importância, e em que estão a surgir novos desafios mundiais, acredito firmemente no potencial da nossa relação e nos benefícios da nossa aliança.

Muito obrigado pela vossa atenção.